

**LUSO PARTNERS**

**SOCIEDADE CORRETORA, S.A**

**Relatório de Gestão  
e  
Anexo às Demonstrações Financeiras**

**Exercício de 2010**

**Março / 2011**

## ÍNDICE

1. Órgãos Sociais
2. Relatório do Conselho de Administração
  - Actividade de Exploração e Resultados
  - Proposta de Aplicação de Resultados
  - Perspectivas para 2011
  - Agradecimentos
3. Órgãos Sociais e Participações Qualificadas
4. Demonstrações Financeiras Individuais
5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais
6. Relatório e Parecer do Fiscal Único
7. Certificação Legal de Contas

## 1. ÓRGÃOS SOCIAIS

- MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Tomaz de Aquino Viegas de Abranches Lucas de Andrade  
de Araújo Parreira Rocha  
Secretário: Ana Isabel Almada e Melo de Sousa Refoios

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Manuel Jorge Roquette Ricciardi  
Vogais: Luis Leitão Ricciardi  
Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves  
João Tomás Andrade Rocha de Horteiga  
Jorge Leitão Ricciardi

- FISCAL ÚNICO

Efectivo: “Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados”  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,  
representada por  
José Maria Sousa Rego Ribeiro da Cunha  
Suplente: Mário Bettencourt de Oliveira

## **2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Accionistas,

Submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2010:

## **1. Actividade de Exploração**

### **1.1. Enquadramento**

O ano de 2010 teve como tema central nos mercados financeiros a “Crise da Dívida Soberana” nos países periféricos da Zona Euro. Embora esses países (Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha) tenham sido o “epicentro” do evento, este facto contagiou praticamente todos os mercados Europeus, o que se pode constatar através da performance do índice *Pan-Europeu Euro Stoxx 50*, o qual teve uma “performance” negativa de quase 6% durante o ano, em contraste com outros referenciais fora da Europa, como por exemplo o índice *MSCI World* com uma valorização de cerca de 9,5% e o *Dow Jones* com uma valorização de cerca de 11%, no mesmo período.

Na área de corretagem, os volumes intermediados sofreram um incremento de cerca de 41%, em grande parte geradas pela área de gestão de patrimónios e com a reactivação de um cliente institucional.

Na área de gestão de patrimónios, os montantes sob gestão aumentaram para cerca de Eur 19.000.000, em grande parte devido a uma parceria estabelecida com uma Sociedade de Consultoria para Investimentos e à reactivação de um cliente institucional, o qual mudou de equipa de gestão e accionistas, possibilitando assim uma relação mais abrangente, a qual contempla por parte da Luso Partners a oferta de serviços de custódia, liquidação e execução a esse cliente institucional.

Na área de vendas de fundos, a Luso Partners continuou a distribuir os fundos de investimento da *Jupiter Asset Management*, tendo sido colocados até ao final de Dezembro de 2010 cerca de Eur 17.000.000 de um total de Eur 21.000.000, tendo esta relação tido início em finais de 2009.

### **1.2. Proveitos de Exploração**

Durante o exercício de 2010, a Luso Partners registou um total de Eur: 775.218 de comissões brutas as quais, descontadas de um total de Eur: 154.587 de comissões pagas aos intermediários financeiros que nos fornecem o acesso aos vários mercados de intermediação, se saldou num total de comissões líquidas de Eur: 620.631. Ou seja, uma margem de intermediação (comissões líquidas / comissões totais) de 80% contra 80% registados no ano anterior, mantendo assim a margem.

Verificou-se um acréscimo das comissões brutas de 44% face ao ano de 2009.

A repartição da facturação e das comissões geradas por mercado foi a seguinte:

Unid: Euros

	Europa	EUA
Volumes Intermediados	192.688.248	152.496.683
Comissões Brutas	465.131	310.087

Os valores intermediados no Mercado Europeu voltaram a registar um volume de negócios superior ao Mercado Norte-Americano, embora com uma diferença menor do que em 2009, numa tendência que já se verifica há sete exercícios consecutivos. Este resultado está, mais uma vez associado não só à performance dos próprios mercados em 2010, período no qual as principais Bolsas Europeias registaram um comportamento significativamente inferior ao das Bolsas Norte-Americanas, mas também à volatilidade dos mercados, associada a uma maior proximidade, quer em termos geográficos, quer em convergência horária com Portugal. O “estretar” dos volumes intermediados entre os dois mercados deveu-se em parte ao cliente institucional reactivado ter uma política de investimentos com um enfoque quase total no mercado Norte-Americano.

A Luso Partners Sociedade Corretora, SA continua a canalizar as suas ordens para os mercados estrangeiros através das suas principais contrapartes, respectivamente, o *Deutsche Bank* (DB) e BES Investimento para os Mercados Europeus e a *LEK Securities* os EUA.

### 1.3. Custos de Exploração

A estrutura de custos de exploração da LP Corretora foi a seguinte:

Rubricas	2010	2009	Var (%)
Custos com Pessoal	303.277	334.584	-9,35
Gastos Administrativos	409.484	307.997	32,95
Amortizações	21.116	16.765	25,95
Total	733.877	659.346	11,30

A variação de 32,95% na rubrica de Gastos Administrativos resulta da parceria estabelecida na área de gestão de carteiras com uma Sociedade de Consultoria para Investimentos, reflectindo a remuneração da sociedade em função das comissões de gestão geradas pelos clientes assessorados por essa sociedade, a qual é contabilizada nesta rubrica.

## **2. Proposta de Aplicação de Resultados**

O Conselho de Administração propõe, nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais que o Resultado Líquido apurado no exercício, correspondente a um prejuízo de Eur 168.697,26 seja transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

## **3. Perspectivas para 2011**

O ano de 2011 será sem dúvida alguma um ano difícil, não só para o sector financeiro, mas para as economias de uma forma geral, em virtude das movimentações geo-políticas a que estamos a assistir no Médio Oriente e no Norte de África e também da Crise da Dívida Soberana na Europa, a qual irá afectar toda a União Europeia e de uma forma particular Portugal, assim como todos os outros países periféricos.

A Luso Partners Sociedade Corretora, SA continuará a monitorizar as oportunidades de negócio nos mercados onde opera. Como exemplo disso, temos a criação da parceria com a Sociedade de Consultoria para Investimentos, estando já outras semelhantes em fase de negociação, assim como a criação de uma rede nacional de Agentes Vinculados (comerciais), a qual começou já a ser delineada em 2010, embora o registo do primeiro, para a zona norte do país, junto do regulador (CMVM) só se tenha efectivado em Janeiro de 2011 e existam já mais processos a decorrer quer junto do regulador, quer negociações em fase final para novos Agentes Vinculados.

#### 4. Agradecimentos

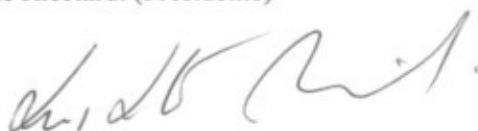
Uma palavra final de agradecimento aos nossos Clientes, cuja fidelidade esperamos poder continuar a merecer e, também, a todos os Colaboradores cujo empenho e dedicação nos é muito grato reconhecer.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

#### O Conselho de Administração



Manuel Jorge Roquette Ricciardi (Presidente)



Luís Leitão Ricciardi



Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves



João Tomás de Andrade Rocha e Hortega



Jorge Leitão Ricciardi



### 3. ÓRGÃOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

#### **Lista de Administradores da Sociedade Titulares de Acções da Sociedade à data de 31 de Dezembro de 2010**

Lista a que se refere o nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
LUÍS LEITÃO RICCIARDI (Vogal do Conselho de Administração)	78.500	39,25%
MANUEL JORGE ROQUETTE RICCIARDI (Presidente do Conselho de Administração)	74.500	37,25%
JORGE MIGUEL DE OLIVEIRA NEVES (Vogal do Conselho de Administração)	11.000	5,5%
JOÃO TOMÁS ANDRADE ROCHA DE HORTEGA (Vogal do Conselho de Administração)	11.000	5,5%

#### **Lista de Accionistas da Sociedade Titulares de Acções Superiores a Um Décimo do Capital Social à data de 31 de Dezembro de 2010**

Lista a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
LUÍS LEITÃO RICCIARDI	78.500	39,25%
MANUEL JORGE ROQUETTE RICCIARDI	74.500	37,25%

4. **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

**31 de Dezembro de 2010 e 2009**

## LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua de São Julião, nº 30 - 1100-525 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Balanco em base individual (NCA)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Nº de Contribuinte: 505 726 394

€

Rubricas da Instrução 23/2004 (referencias indicativas)	Notas / Outros elementos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, reservadas e amortizações	Provisões, reservadas e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
<b>Activo</b>					
10 + 3300		0	0	0	0
Caixa e disponibilidades em bancos centrais					
11 + 3301	11	2.576.158		2.576.158	3.336.100
Disponibilidades em outras instituições de crédito					
152 (1) + 1548 (1) + 156 (1) + 16 + 191 (1) - 3713 (1)		0		0	0
Activos financeiros detidos para negociação					
152 (1) + 1548 (1) + 156 (1) + 17 + 191 (1) - 3713 (1)		0		0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
153 + 1548 (1) + 156 (1) + 18 + 192 + 34888 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 53888 (1) - 3713 (1)	12	20.340		20.340	11.607
Activos financeiros disponíveis para venda					
13 + 150 + 156 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 3303 + 3310 (1) + 34019 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 5300 - 53028 (1) - 3710		0		0	0
Aplicações em instituições de crédito					
14 + 151 + 1540 + 158 (1) + 190 + 3304 + 3305 + 3310 (1) + 34028 + 340128 + 34880 - 3518 - 35211 - 35221 - 3531 - 370 - 3711 - 3712 - 5210 (1) - 53018 - 530208 - 53680		0		0	0
Crédito a clientes					
156 + 156 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 3713 (1) - 5210 (1) - 53028 (1) - 5303		0		0	0
Investimentos detidos até à maturidade					
156 + 156 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3406 - 354 - 3523 - 3713 (1) - 5210 (1) - 5308 (1)		0		0	0
Activos com acordo de recompra					
21		0		0	0
Derivados de cobertura					
25 - 3580 - 3713 (1)		0		0	0
Activos não correntes detidos para venda					
26 - 3581 (1) - 360 (1)		0		0	0
Propriedades de investimento					
27 - 3581 (1) - 360 (1)	13	305.193	266.958	38.235	24.179
Outros activos tangíveis					
29 - 3582 - 3583 - 361	14	141.740	139.900	1.840	3.270
Activos intangíveis					
24 - 357 - 3713 (1)		0		0	0
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
300	15	6.671		6.671	4.793
Activos por impostos correntes					
301		0		0	0
Activos por impostos diferidos					
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3306 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3564 - 3525 - 371 (1) + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (2)	16	910.415		910.415	1.181.158
Outros activos					
<b>Total de Activo</b>		<b>3.960.517</b>	<b>406.858</b>	<b>3.553.659</b>	<b>4.561.107</b>

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua de São Julião, nº 30 - 1100-525 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Balço em base individual (NCA)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Nº de Contribuinte: 505 726 394

€

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas / Outros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, impairments e amortizações	Provisões, impairments e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
<b>Passivo</b>					
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)		0	0	0	0
Recursos de bancos centrais		0	0	0	0
43 (1)		0	0	0	0
Passivos financeiros detidos para negociação		0	0	0	0
43 (1)		0	0	0	0
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0	0
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)		0	0	0	0
Recursos de outras instituições de crédito		0	0	0	0
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	17	20.665	20.665	1.805	1.805
Recursos de clientes e outros empréstimos		0	0	0	0
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312		0	0	0	0
Responsabilidades representadas por títulos		0	0	0	0
46 - 3311 (1) - 3415 + 5205 + 5211 (1) + 5313		0	0	0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos		0	0	0	0
44		0	0	0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0
45		0	0	0	0
Passivos não correntes detidos para venda		0	0	0	0
47	18	15	15	21	21
Provisões		0	0	0	0
490	19	7.309	7.309	4.538	4.538
Passivos por impostos correntes		0	0	0	0
491		0	0	0	0
Passivos por impostos diferidos		0	0	0	0
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)		0	0	0	0
Instrumentos representativos de capital		0	0	0	0
480 +/- 486 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)		0	0	0	0
Outros passivos subordinados		0	0	0	0
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	20	2.996.758	2.996.758	3.855.843	3.855.843
Outros passivos		0	0	0	0
<b>Total de Passivo</b>		<b>3.024.747</b>	<b>0</b>	<b>3.024.747</b>	<b>3.962.207</b>
<b>Capital</b>					
55	21	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Capital		0	0	0	0
602		0	0	0	0
Prémios de emissão		0	0	0	0
57		0	0	0	0
Outros instrumentos de capital		0	0	0	0
- 56		0	0	0	0
Acções próprias		0	0	0	0
58 + 59	22	-1.167	-1.167	124	124
Reservas de reavaliação		0	0	0	0
60 - 602 + 61	22	-301.224	-301.224	-34.825	-34.825
Outras reservas e resultados transitados		0	0	0	0
- 63	22	-168.697	-168.697	-278.399	-278.399
Resultado do exercício		0	0	0	0
Dividendos antecipados		0	0	0	0
<b>Total de Capital</b>		<b>528.912</b>	<b>0</b>	<b>528.912</b>	<b>698.900</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>		<b>3.553.659</b>	<b>0</b>	<b>3.553.659</b>	<b>4.561.107</b>

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

*Ana Isabel de Sousa Rebelo*  
Ana Isabel de Sousa Rebelo

O Conselho de Administração

*Manuel Roquette Ricciardi*  
Manuel Roquette Ricciardi

*Luis Leitão Ricciardi*  
Luis Leitão Ricciardi

*Jorge Tomás Ortega*  
Jorge Tomás Ortega

*Jorge Neves*  
Jorge Neves

*Jorge Leitão Ricciardi*  
Jorge Leitão Ricciardi

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua de São Julião, n.º 30 - 1100-525 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Demonstração de Resultados NCA (Contas individuais)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

N.º de Contribuinte: 505 726 394

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)		Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior
79 + 80 (1) + 8120	Juros e rendimentos similares	3	3.594	14.035
66 + 67 (1) + 6820	Juros e encargos similares	3	4.432	2.635
	<b>Margem financeira</b>		<b>-838</b>	<b>11.400</b>
82	Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
81 (1) - 8120	Rendimentos de serviços e comissões	4	775.218	539.033
68 (1) - 6820	Encargos com serviços e comissões	4	154.587	107.151
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)		0	0
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	5	24	24
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6	-4.220	1.308
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		0	0
- 695 (1) - 696 (1) - 699 (1) - 75 - 720 - 721 - 722 - 723 - 725 - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 839 (1) + 840 + 843 + 844 (1) + 846	Outros resultados de exploração	7	-42.373	-55.857
	<b>Produto bancário</b>		<b>573.224</b>	<b>388.757</b>
70	Custos com pessoal	8	303.277	334.584
71	Gastos gerais administrativos	10	409.484	307.997
77	Depreciações e amortizações	13+14	21.116	16.765
781 + 783 + 784 + 785 + 786 + 788 + 881 - 883 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	18	-6	-1.186
78000 + 78001 + 78010 + 78011 + 7820 + 7821 + 7822 - 88000 - 88001 - 88010 - 88011 - 8820 - 8821 - 8822 - 848 (1)	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		0	0
760 + 7620 + 7616 + 76211 + 76221 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7641 + 765 + 766 + 78002 (1) + 78012 (1) + 7823 + 7828 (1) - 870 - 8720 - 8716 - 87211 - 87221 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8741 - 875 - 876 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8823 - 8828 (1)	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0	0
766 + 769 (1) + 78002 (1) + 78012 (1) + 7828 (1) - 877 - 878 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8828 (1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0	0
	<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-160.647</b>	<b>-269.403</b>
	Impostos		8.050	6.996
65	Correntes	25	8.050	6.996
74 - 86	Diferidos		0	0
	<b>Resultado após impostos</b>		<b>-168.697</b>	<b>-276.399</b>
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0
640	<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>-168.697</b>	<b>-276.399</b>

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica.

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

  
Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração

   
Manuel Roquette Ricciardi Luis Leitão Ricciardi

   
João Tomás Moreira Jorge Neves

  
Jorge Leitão Ricciardi

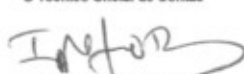
**LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, SA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS**  
**DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

( euros)


	Notas	31-12-2010	31-12-2009
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		3 523	14 034
Juros e custos pagos		( 4 432)	( 2 635)
Serviços e comissões recebidas		775 218	539 033
Serviços e comissões pagas		( 154 587)	( 107 151)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		( 676 016)	( 646 882)
		<u>( 56 294)</u>	<u>( 203 601)</u>
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Aplicações em instituições de crédito		-	-
Recursos de instituições de crédito		-	-
Crédito a clientes		-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		18 860	1 805
Derivados de cobertura		-	-
Outros activos e passivos operacionais		( 667 389)	958 930
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>( 704 823)</b>	<b>757 134</b>
Impostos sobre os lucros (pagos) recebidos		( 7 157)	22 359
		<u>( 711 980)</u>	<u>779 493</u>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Dividendos recebidos		-	-
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		( 10 000)	-
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Investimentos detidos até à maturidade		-	-
Compra de imobilizações		( 33 742)	( 5 888)
Venda de imobilizações		-	-
		<u>( 43 742)</u>	<u>( 5 888)</u>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Emissão de obrigações de caixa		-	-
Reembolso de obrigações de caixa		-	-
Emissão de passivos subordinados		-	-
Reembolso de passivos subordinados		-	-
Dividendos de acções ordinárias pagas		-	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	6	( 4 220)	1 308
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>( 759 942)</b>	<b>774 913</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do período</b>	2.2 o)	3 336 100	2 561 187
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>	2.2 o)	<u>2 576 158</u>	<u>3 336 100</u>
		<u>( 759 942)</u>	<u>774 913</u>
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>			
Caixa		-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	2 576 158	3 336 100
<b>Total</b>		<u><b>2 576 158</b></u>	<u><b>3 336 100</b></u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

  
 Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração

  
 Manuel Roquette Ricciardi

  
 Luis Leitão Ricciardi

  
 João Tomás Moraga

  
 Jorge Neves

  
 Jorge Leitão Ricciardi

**LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A**  
**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(em euros)

	Capital	Reservas de reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2009</b>	1 000 000	127	119 072	( 143 897)	975 302
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	( 3)	( 143 897)	143 897	( 3)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	( 276 399)	( 276 399)
Outros	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	1 000 000	124	( 24 825)	( 276 399)	698 900
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	( 1 291)	( 276 399)	276 399	( 1 291)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	( 168 697)	( 168 697)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>	1 000 000	( 1 167)	( 301 224)	( 168 697)	528 912

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

  
 Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração

   
 Manuel Roquette Ricciardi      Luis Leitão Ricciardi

   
 João Tomás Horteiga      Jorge Neves

  
 Jorge Leitão Ricciardi

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

MODELO 1

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM BASE INDIVIDUAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Natureza e espécie (1)	Categoria de Ativo Instrução n.º 23/2004 (2)	Código do título (3)	Tipo de emissão (4)	País do emissor (5/N)	Código Não cotado (6/N)	Mercado organizado relevante (5)	Cotação (6)	Quantidade (7)	Valor nominal (7)	Critério valorístico (8)	Valor de Balanço (9)	Valias (+/ -) (10)	Montante vincido (11)	Correções de valor		% de participação Capital Direção de voto	Operações especiais (12)	Observações (13)
														Imparidade	Outras			
Instrumentos de dívida De dívida pública O.T. 3,2% ABRIL 2011	iv)	PTOTE40E0040	OUTRAS	Portugal	S	-	10.000,00	1.000.000	10.000,00	Justo valor	10.000,00	0,00	-	-	-	-	-	-
O.T. 5,45% SETEMBRO 2013	iv)	PTOTEGOE0009	OUTRAS	Portugal	S	-	1.530,00	160.000	1.530,00	Justo valor	1.530,00	0,00	-	-	-	-	-	-
O.T. 3,35% OUTUBRO 2015	iv)	PTOTE0E0017	OUTRAS	Portugal	S	-	8.810,00	1.000.000	10.000,00	Justo valor	8.810,00	0,00	-	-	-	-	-	-
De outros emissores públicos ... De outros emissores Adquiridos no âmbito de operações de titularização Equiparados a first loss position Outros ... Outros Dívida não subordinada ... Dívida subordinada																		
<b>Total</b>								<b>2.150.000</b>	<b>21.500,00</b>		<b>20.340,00</b>	<b>0,00</b>						
Instrumentos de capital																		
<b>Total</b>																		
Outros																		
<b>Total</b>																		

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

*Infad*  
Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração,

*[Signature]*  
Mannel Roquette Ricciardi

Luis Leitão Ricciardi

*[Signature]*  
Joko Tomás Horteiga

Jorge Neves

*[Signature]*  
Jorge Leitão Ricciardi



5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de Dezembro de 2010 e 2009

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em euros)

### NOTA 1 – ACTIVIDADE

A Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A. (LP Corretora ou Sociedade), com sede em Lisboa, foi constituída por escritura pública celebrada em 9 de Maio de 2002 com um capital social de 500 mil euros, correspondendo a 100 mil acções com o valor nominal de 5 euros cada, detido na íntegra pela Luso Partners – SGPS, S.A.. A Sociedade iniciou a sua actividade em 18 de Setembro de 2002.

No exercício de 2003 o capital social da LP Corretora aumentou para 760 mil euros, correspondendo a 152 mil acções com o valor nominal de 5 euros cada, em resultado da fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA (LP Gestora) na sociedade corretora. Esta fusão foi autorizada pelo Banco de Portugal através da modalidade de fusão por incorporação, i.e., da transferência global do património da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA para a Luso Partners – Sociedade Corretora, SA e a escritura pública ocorreu no dia 4 de Novembro de 2003. Para efeitos contabilísticos, a data a considerar para a fusão das duas sociedades foi o dia 1 de Janeiro de 2003.

A fusão referida anteriormente teve como objectivos a simplificação das estruturas, reforço dos mecanismos de controlo interno e redução de custos, nomeadamente das áreas de suporte (administrativa, financeira, etc.), com base nos seguintes fundamentos:

- a) Ambas as sociedades prosseguiam actividades que se complementavam ao nível da administração de carteiras, bem como na prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- b) Tendo em conta as características do mercado financeiro em que as sociedades estavam inseridas, tornava-se cada vez mais necessário desenvolver e apresentar serviços integrados, orientados por uma gestão de custos que lhes permitissem alcançar uma posição competitiva e
- c) No planeamento da operação foi tomada em consideração a ineficiência a que, a vários níveis, a estrutura actual conduzia. A manutenção de entidades juridicamente autónomas obrigava à existência de estruturas diferenciadas e ao cumprimento de um conjunto acrescido de formalidades sem que, no caso concreto e no momento actual, se mantivessem as vantagens que poderão ter estado na origem da opção pela estrutura anteriormente implementada.

No exercício de 2007, ocorreu a fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (LP SGPS) na LP Corretora. O Banco de Portugal autorizou previamente a fusão por incorporação das duas sociedades financeiras referidas e a escritura pública ocorreu no dia 28 de Dezembro de 2007. Para efeitos contabilísticos, a data a considerar para a fusão das duas sociedades foi o dia 1 de Janeiro de 2007. Em resultado desta fusão, o capital social da LP Corretora aumentou para 1 milhão de euros, correspondendo a 200 mil acções com o valor nominal de 5 euros cada.

A fusão ocorrida no exercício de 2007 baseou-se na LP SGPS apenas deter e gerir participações numa única sociedade, i.e., a Luso Partners – Sociedade Corretora, SA, desde o exercício de 2003 e em resultado da fusão ocorrida nesse ano entre a LP Corretora e a LP Gestora, conforme descrito anteriormente. Acresce que a LP SGPS não recebeu qualquer dividendo desde a sua constituição em 22 de Abril de 2002, sendo os seus resultados líquidos negativos o reflexo dos custos administrativos que a sociedade tem necessariamente de suportar. Esta fusão surgiu, assim, numa óptica de racionalização e aproveitamento otimizado de meios e recursos, face à desnecessidade de manter duas estruturas autónomas, sobretudo tendo em conta que uma das duas referidas estruturas se limitava a deter a participação na outra.

O objecto social da LP Corretora consiste na realização de todas as actividades de intermediação financeira legalmente permitidas às sociedades corretoras, bem como no exercício de quaisquer outras actividades expressamente autorizadas pelas entidades competentes, incluindo nomeadamente (i) a compra e venda de valores mobiliários por conta de terceiros, (ii) o processamento de carteiras de clientes e guarda de valores mobiliários, podendo proceder à cobrança dos respectivos rendimentos e, desde que autorizados pelo cliente, exercer outros direitos sociais e (iii) o exercício da actividade de administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros, a que se dá a designação de carteiras, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos. A actividade de gestão de carteiras é exercida com base em mandato escrito, celebrado entre a Sociedade e os respectivos clientes, que especifica as condições, os limites e o grau de discricionariedade dos actos na mesma compreendidos.

A actividade encontra-se regulamentada (i) pelo Decreto-Lei nº 262/2001, de 28 de Setembro, (ii) pelas disposições aplicáveis do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, e (iii) pelo Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de Novembro.

No exercício de 2005 a Luso Partners Sociedade Corretora, S.A. procedeu a uma reestruturação do seu quadro de pessoal, por forma a obter uma equipa mais ajustada à sua dimensão, à actual conjuntura económica e aos objectivos que se propõe atingir a médio prazo. Aliada a esta redução dos custos com pessoal, também se reduziram outros custos fixos, nomeadamente os custos com comunicações e os custos com serviços de informática.

No exercício de 2006 a Sociedade teve como objectivo o reforço do seu sistema de controlo interno. Para tal foram revistos integralmente o Manual de Procedimentos e o Regulamento Interno. Foi igualmente revisto o Código de Conduta da LP Corretora, aplicável a todos os colaboradores da Sociedade Corretora (membros dos órgãos sociais e demais colaboradores), e registado juntamente com o Regulamento Interno revisto, em 25 de Outubro de 2006, na CMVM, nos termos do nº 2, do artigo 316º, do Código dos Valores Mobiliários.

## NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n° 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais da LP Corretora são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais da LP Corretora reportadas a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram preparadas em conformidade com as NCA, que incluem os requisitos definidos pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2010. As notas anexas a estas demonstrações financeiras incluem toda a informação que é necessária que seja divulgada nas demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras individuais e as notas anexas agora apresentadas estão expressas em euros, arredondado ao euro mais próximo e reflectem os resultados das operações da Sociedade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

As políticas contabilísticas descritas em seguida, foram aplicadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009. Existe comparabilidade entre as políticas contabilísticas de ambos os exercícios.

## **2.2 Resumo das principais políticas contabilísticas**

Foram os seguintes os principais critérios contabilísticos e valorimétricos adoptados relativamente às várias rubricas das presentes demonstrações financeiras:

### **a) Especialização de exercícios**

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, sendo os custos e proveitos registados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, respectivamente.

### **b) Operações em moeda estrangeira**

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema multi-divisas, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira (i.e. moedas fora da zona Euro), excepto notas e moedas, sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgados pelo Banco de Portugal (ver Nota 24).

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial à vista, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

- **Posição cambial à vista**

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda Euro), por contrapartida de custos ou proveitos.

#### c) **Activos financeiros disponíveis para venda**

De acordo com o Decreto-Lei n.º 262/2001, de 28 de Setembro, artigo 5.º - n.º 2, alínea b), é vedado às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com excepção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”.

- **Títulos disponíveis para venda**

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com o objectivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 2/2000. São títulos que são mantidos em carteira até à data de reembolso.

As **Obrigações e outros títulos de rendimento fixo** emitidos com base no valor nominal são apresentados com base no seu justo valor. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos da dívida pública, que constitui o prémio ou desconto verificado aquando da compra, é amortizada de modo escalonado durante o período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados. Os juros corridos são relevados como proveitos e apresentados na rubrica Outros activos (ver Nota 16).

As diferenças líquidas entre o valor de aquisição e o correspondente valor de mercado são relevadas em capitais próprios, numa rubrica de reservas de reavaliação (ver Nota 22).

#### d) **Provisões para riscos de crédito e para risco-país**

As provisões para riscos de crédito e para risco-país foram apuradas nos termos do Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, alterado pelo Aviso n.º 8/2003, de 8 de Fevereiro e da Instrução n.º 94/96, do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, as provisões para riscos gerais de crédito incluem:

- uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica Provisões, correspondente a um mínimo de 1% do total dos saldos devedores de clientes. O valor para o exercício de 2010 é Eur 15 (ver Nota 18).

#### e) Outros activos tangíveis

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.1., os outros activos tangíveis encontram-se registados pelo custo determinado na data de transição para as IFRS, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade, pelo que as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes numa base duodecimal, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<b>Nº de Anos</b>
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático	3 a 4
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	8 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4

As beneficiações em edifícios arrendados são amortizadas em 10 anos, ao abrigo do Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, do Banco de Portugal, dado ser este o período em que se considera reflectir de forma mais aproximada a vida útil desses investimentos.



#### **f) Activos intangíveis**

Os activos intangíveis são contabilizados ao respectivo custo de aquisição. Incluem, sobretudo, os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento dos sistemas de tratamento informático de dados. São amortizados numa base duodecimal durante um período de três anos a partir do exercício em que são incorridos, segundo o método das quotas constantes (ver Nota 14).

#### **g) Pensões de reforma**

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do plano de reformas definido a nível interno, a LP Corretora aderiu a um fundo de pensões aberto de forma a financiar o Plano de Pensões criado pela Sociedade, o qual visa proporcionar à totalidade dos seus empregados um complemento de 20% do salário pensionável à idade normal de reforma.

O Fundo de Pensões Aberto “Espírito Santo Multireforma” é gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Banco Espírito Santo, S.A..

O cálculo actuarial das responsabilidades da LP Corretora é efectuado anualmente pela ESAF, na data de fecho de contas, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, utilizando pressupostos actuariais e financeiros em conformidade com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.

Os ganhos e perdas actuariais apurados anualmente, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que o valor líquido acumulado dos ganhos e perdas actuariais no final do ano, que exceda 10% do maior de entre (i) o valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo e (ii) o valor dos activos do fundo de pensões, também reportados ao final do ano, seja reconhecido como despesas/receitas com custo/proveito diferido e amortizado por contrapartida de resultados extraordinários durante um período de 10 anos, com início no exercício seguinte àquele em que é apurado. O valor líquido acumulado dos ganhos e perdas actuariais no final do ano que se situe dentro do referido limite, é registado na conta de desvios actuariais - incluídos no corredor - e não é amortizado.

Anualmente, a LP Corretora reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros e (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo.

A Sociedade efectua pagamentos ao fundo por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento; (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

O Banco de Portugal, através do Aviso nº 12 de 2005, introduziu alterações ao Aviso nº 12 de 2001, definindo que para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005, é adicionado ao limite do corredor.

O Aviso nº 1 de 2008, no âmbito do projecto “*Better Regulation* do Sector Financeiro”, veio redefinir os elementos de informação sobre responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência a fornecer ao Banco de Portugal.

Adicionalmente, o Aviso nº 7 de 2008 introduziu novas alterações ao Aviso nº 12 de 2001, tendo em conta os ajustamentos decorrentes da transição para as NIC/NCA e, em particular, os resultantes da adopção integral do IAS 19.

#### **h) Reconhecimento de proveitos resultantes de comissões**

No exercício da actividade de corretagem, a Sociedade debita aos seus clientes comissões de corretagem que são registadas em resultados na rubrica de comissões no dia da transacção, por contrapartida de contas de regularização do activo, a aguardar a respectiva liquidação financeira.

Relativamente às comissões de gestão de carteiras, estas são apuradas conforme previsto nos contratos, segundo os esquemas a seguir descritos, cuja opção cabe ao cliente, sendo igualmente relevadas em resultados na rubrica de comissões:

- Comissão de Gestão Fixa – aplicação de uma taxa de 1% sobre o capital médio em gestão, cobrada trimestralmente (0,25% por trimestre), no último dia dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro;
- Comissão de Gestão Variável – comissão cobrada no último dia útil do ano, tendo por base a rentabilidade líquida da carteira no período e o esquema progressivo de comissionamento previsto e
- Comissão de Gestão Mista – comissão composta por uma parte fixa e outra variável, sendo a comissão fixa calculada pela aplicação de uma taxa de 1% sobre o capital médio em gestão, cobrada trimestralmente (0,25% por trimestre), no último dia dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro e a comissão variável apurada pela aplicação de uma taxa de 5% sobre a rentabilidade líquida da carteira no período e cobrada no último dia útil do ano.

#### **i) Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos ou perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

#### **j) Operações de compra e venda de títulos**

As operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros, cuja liquidação financeira ocorre dentro dos prazos dos mercados em que são transaccionados, são registadas nas rubricas de outros activos ou outros passivos (ver Notas 16 e 20).

No que se refere a transacções efectuadas no âmbito dos mercados organizados, i.e., relativamente aos valores negociados quer em âmbito nacional quer em âmbito internacional com instituições financeiras filiadas em Sistemas de Liquidação Internacionais, as respectivas liquidações financeiras são efectuadas junto dos bancos liquidadores, incluindo o que diz respeito às taxas de corretagem, que posteriormente nos são transferidas.

#### **k) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito**

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados nas rubricas extra patrimoniais ao valor de cotação ou, na ausência deste, ao correspondente valor nominal (ver Nota 23).

#### **l) Gestão de carteiras**

Os valores mobiliários de terceiros, entregues à gestão da Sociedade, ou posteriormente adquiridos por esta no âmbito desta actividade, encontram-se registados nas rubricas extra patrimoniais e são valorizados numa base diária tendo por base a cotação de mercado divulgada.

Os valores remanescentes não aplicados na aquisição de títulos, i.e., a liquidez da carteira de cada cliente, encontram-se igualmente registados nas rubricas extra patrimoniais.

As operações de compra e venda de títulos, a aguardar a liquidação financeira, encontram-se registadas nas rubricas extra patrimoniais como parte integrante da carteira, a deduzir no caso de uma posição líquida compradora e a acrescer no caso de uma posição líquida vendedora (ver Nota 23).

### **m) Locações**

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo com os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações são classificadas como locações operacionais.

#### **Locações operacionais**

Os pagamentos efectuados pela LP Corretora à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

#### **Locações financeiras**

- **Como locatário**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- **Como locador**

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## **n) Imparidade**

A existência de evidência objectiva de que um activo financeiro apresenta sinais de imparidade, resulta do cálculo do valor recuperável desse activo com sinais de imparidade, registando as perdas apuradas por contrapartida de resultados.

A existência de evidência objectiva de imparidade, após o reconhecimento inicial de um activo financeiro, pode resultar das seguintes situações:

- títulos cotados – uma desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação destes títulos; ou
- títulos não cotados – quando se verifica um evento com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Caso se verifique uma diminuição subsequente na perda de imparidade e a mesma possa ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, a mesma é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. Este critério não é aplicável às acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Esta perda potencial corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida em resultados.

Como já foi referido na nota 2.2 c) a legislação actual impede às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com excepção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”, pelo que a LP Corretora não implementou qualquer procedimento com carácter regular para fazer face a este risco, embora esteja atenta às flutuações verificadas nos seus activos disponíveis para venda.

**o) Demonstração dos fluxos de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data do balanço, onde se incluem os saldos de disponibilidades em outras instituições de crédito (ver Nota 11).

### NOTA 3 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Juros e proveitos similares</b>		
Juros de disponibilidades em instituições de crédito:		
- no país	2 777	11 890
- no estrangeiro	124	1 742
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	0	0
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	693	403
	<u>3 594</u>	<u>14 035</u>
<b>Juros e custos similares</b>		
Juros de recursos de instituições de crédito:		
- no país	90	73
- no estrangeiro	4 342	2 562
	<u>4 432</u>	<u>2 635</u>
	<u>( 838)</u>	<u>11 400</u>

### NOTA 4 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços de administração de valores prestados	127 062	6 308
Por operações realizadas com títulos por conta de terceiros	612 677	500 234
Outros proveitos de comissões recebidas	35 479	32 491
	<u>775 218</u>	<u>539 033</u>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros:		
- depósito e guarda de valores	3 707	3 764
- por outros serviços bancários	16 804	0
Por operações realizadas com títulos	134 076	103 387
	<u>154 587</u>	<u>107 151</u>
	<u>620 631</u>	<u>431 882</u>



## NOTA 5 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2010			31-12-2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos						
Obrigações do tesouro	49	25	24	49	25	24
	<u>49</u>	<u>25</u>	<u>24</u>	<u>49</u>	<u>25</u>	<u>24</u>

## NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2010			31-12-2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	1 239	5 459	( 4 220)	2 928	1 620	1 308
	<u>1 239</u>	<u>5 459</u>	<u>( 4 220)</u>	<u>2 928</u>	<u>1 620</u>	<u>1 308</u>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.b).

## NOTA 7 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2010	31-12-2009
Outros resultados de exploração		
Rendas de locação operacional	( 26 034)	( 33 473)
Contribuição para o sistema de indemnização aos investidores	( 2 500)	0
Quotizações e donativos	( 180)	( 200)
Outros impostos	( 12 548)	( 11 523)
Outros resultados (líquido)	<u>( 1 111)</u>	<u>( 10 661)</u>
	<u>( 42 373)</u>	<u>( 55 857)</u>

## NOTA 8 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Remunerações	229 065	248 359
Encargos sociais obrigatórios	50 236	54 462
Encargos sociais facultativos	23 691	27 443
Outros custos	285	4 320
	<u>303 277</u>	<u>334 584</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o número médio de colaboradores ao serviço da LP Corretora estava decomposto pelas seguintes categorias profissionais:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Funções</b>		
Administração	3	3
Direcção	1	1
Técnicos	2	2
Administrativos	1	1
	<u>7</u>	<u>7</u>

O montante das remunerações atribuídas durante o exercício de 2010 aos membros do órgão de Administração da LP Corretora foi de Eur 141.153 (2009 - Eur 151.745).

Não existem quaisquer adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Nos termos da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, e do Aviso nº 1/2010 do Banco de Portugal, de 09 de Fevereiro, indicam-se de seguida as remunerações pagas pela LP Corretora a cada um dos Membros dos Órgãos de Administração durante o exercício de 2010:

### Conselho de Administração

<b>Membros Executivos do Conselho de Administração</b>	<b>Remuneração Fixa</b>
Luis Leitão Ricciardi	73 051
João Tomás Andrade Rocha de Horteiga	34 051
Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves	34 051
	<u>141 153</u>

Não existem remunerações variáveis pagas aos Membros Executivos do Conselho de Administração no exercício de 2010.

**Os Administradores não Executivos:**

Manuel Jorge Roquette Ricciardi e

Jorge Leitão Ricciardi,

não auferiram quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pela Sociedade, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2010.

O Órgão de Fiscalização teve uma remuneração Eur 7.464 no exercício de 2010, que está incluída na rubrica de gastos gerais administrativos (ver Nota 10).

**NOTA 9 – PENSÕES DE REFORMA**

A LP Corretora assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma por velhice. Estas prestações consistem num complemento de 20% do salário pensionário à idade normal de reforma.

Para fazer face à cobertura das responsabilidades por serviços passados relativos a pensões de reforma, a Sociedade aderiu em Agosto de 2002 ao Fundo de Pensões aberto denominado “Espírito Santo Multireforma”, cuja gestão é exercida pela ESAF - Espírito Santo Fundos de Pensões, SA, sociedade integrada no Grupo Espírito Santo.

O reconhecimento, tratamento e relevação contabilística das responsabilidades para com pensões de reforma e sobrevivência são regulamentados pelo Aviso nº 12/2001, de 9 de Novembro, do Banco de Portugal, conforme descrito na Nota 2 g).

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, apresentam-se as responsabilidades, encargos, contribuições da Sociedade para o fundo de pensões e níveis de cobertura, que traduzem a aplicação do anterior normativo:

**i) Número de participantes**

	31-12-2010				31-12-2009			
	Número de participantes	Remuneração anual (euros)	Idade (média)	Anos de serviço passado (médio)	Número de participantes	Remuneração anual (euros)	Idade (média)	Anos de serviço passado (médio)
<b>Activos</b>								
LP Corretora	7	235 980	44	8	7	235 980	43	7

**ii) Evolução das responsabilidades**

O valor actual das responsabilidades assumidas por pensões de reforma e de sobrevivência, decompõe-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Responsabilidades por serviços passados - Pessoal no activo (i)	121 003	105 317
Valor do Fundo de Pensões Aberto "Espírito Santo Multireforma"	131 231	139 711
Excesso/(déficit) de cobertura	10 228	34 394
Nível de cobertura das responsabilidades	108,5%	132,7%
Responsabilidades por serviços futuros (RSF)	205 126	212 985
Valor actual das responsabilidades totais (VART)	326 129	318 302

(i) Inclui os direitos adquiridos por um ex-participante, que saiu em 30-09-2008.

O valor do fundo também inclui as UP's do ex-participante.

As responsabilidades da Sociedade em 2010 e 2009 evoluíram como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Responsabilidades no final do período anterior	105 298	123 956
Custo do serviço corrente	0	0
Custo dos juros	5 265	6 198
(Ganhos) e perdas actuariais	10 440	( 24 837)
<b>Responsabilidades no final do período</b>	<b><u>121 003</u></b>	<b><u>105 317</u></b>
Pessoal no activo (i)	<u>121 003</u>	<u>105 317</u>
<b>Responsabilidades objecto de cobertura</b>	<b><u>121 003</u></b>	<b><u>105 317</u></b>
Valor do Fundo de Pensões Aberto "Espírito Santo Multireforma"	<u>131 231</u>	<u>139 711</u>
<b>Coberturas totais</b>	<b><u>131 231</u></b>	<b><u>139 711</u></b>
Excesso/(déficit) de cobertura	<u>10 228</u>	<u>34 394</u>
Nível de cobertura das responsabilidades	<u>108,5%</u>	<u>132,7%</u>
Responsabilidades por serviços futuros (RSF)	<u>205 126</u>	<u>212 985</u>
Valor actual das responsabilidades totais (VART)	<u>336 357</u>	<u>352 696</u>

### iii) Evolução do valor do fundo de pensões

A evolução do valor do fundo de pensões em 2010 e 2009 foi a seguinte:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Valor do Fundo em 01 de Janeiro (ii)	139 375	123 731
(+) Contribuições	0	0
(+) Rendimento líquido do Fundo	<u>( 8 144)</u>	<u>15 980</u>
(=) <b>Valor do Fundo em 31 de Dezembro</b>	<b><u>131 231</u></b>	<b><u>139 711</u></b>

(ii) O relatório actuarial definitivo do Fundo Pensões Multireforma à data de 31-12-2010 atribuiu ao valor do fundo Eur 139 166.

Existe uma variação de Eur 7 935 em relação ao valor do fecho do exercício de 2010.

Relativamente a 31-12-2009 o relatório actuarial definitivo do Fundo Pensões Multireforma atribuiu ao valor do fundo Eur 139 375.

Existe uma variação de Eur 336 em relação ao valor do fecho do exercício de 2009.

O rendimento líquido do fundo contém desvios actuariais negativos de Eur 15.113 (2009 – Eur 9.793 positivos).

#### iv) Reconhecimento das responsabilidades do exercício

Os montantes reconhecidos como custos pela Sociedade podem ser analisados da seguinte forma:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Custo do serviço corrente	0	0
(+) Custo dos juros	5 265	6 198
(-) Rendimento esperado do Fundo	<u>( 6 969)</u>	<u>( 6 187)</u>
(=) Custos correntes com o plano	<u>( 1 704)</u>	<u>11</u>
(+/-) Desvios actuariais	<u>25 553</u>	<u>( 34 630)</u>
(=) <b>Responsabilidades do exercício</b>	<u><u>23 849</u></u>	<u><u>( 34 619)</u></u>

#### v) Contrapartida do reconhecimento das responsabilidades

O aumento das responsabilidades no exercício teve por contrapartida a seguinte relevação contabilística:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Custos com pessoal	( 1 704)	11
(+/-) Desvios actuariais	<u>25 553</u>	<u>( 34 630)</u>
(=) <b>Responsabilidades do exercício</b>	<u><u>23 849</u></u>	<u><u>( 34 619)</u></u>

#### vi) Contribuição da Sociedade para o fundo

Nos exercícios de 2010 e 2009 não foi entregue qualquer contribuição ao fundo de pensões pela LP Corretora, facto que é explicado pela saída de um participante do universo do plano de pensões da Sociedade, consequência da alteração da definição de “participante”, ocorrida em 30 de Outubro de 2009.

#### vii) Níveis mínimos de cobertura

Os níveis de cobertura verificados, analisam-se como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Nível mínimo de cobertura	114 953	100 051
Coberturas totais	<u>131 231</u>	<u>139 711</u>
Excesso/(déficit) de cobertura	<u>16 278</u>	<u>39 660</u>
Nível de cobertura	<u><u>114,2%</u></u>	<u><u>139,6%</u></u>

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma por serviços passados e os valores efectivamente verificados, bem como o método de cálculo utilizado, são conforme segue:

	2010		2009	
	Previsto	Verificado	Previsto	Verificado
<b>Pressupostos Financeiros</b>				
Taxa de rendimento dos activos	5%	5%	5%	5%
Taxa de crescimento salarial	2,75%	2,75%	2,75%	2,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa Técnica de Juro	5%	5%	5%	5%
<b>Pressupostos Demográficos</b>				
Tábua de Mortalidade	TV 73/77		TV 73/77	
Tábua de Invalidez	n.a.		n.a.	
Tábua de Turn Over	n.a.		n.a.	
<b>Método de valorização actuarial</b>	<b>"Projected Unit Credit Method"</b>			

A estrutura tipo de alocação de activos utilizada pela ESAF-Espírito Santo Fundos de Pensões, SA para o fundo de pensões distribui-se em acções europeias (10%), obrigações de taxa fixa (50%) e obrigações variáveis/liquidez (40%).

#### NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Gastos gerais administrativos</b>		
Consultores e auditores externos	172 594	71 103
Comunicações e expedição	76 262	76 996
Serviços de informática	32 387	30 618
Rendas e alugueres	30 000	30 000
Deslocações e representação	28 562	23 812
Mão de obra eventual	19 521	13 571
Água, energia e combustíveis	16 486	15 383
Conservação e reparação	11 848	16 678
Seguros	6 638	7 498
Material de consumo corrente	3 922	4 922
Outros custos	11 264	17 416
	<u>409 484</u>	<u>307 997</u>

No exercício de 2010 a rubrica Consultores e auditores externos inclui Eur 116.658 relativos à parceria na área de gestão de carteiras com uma Sociedade de Consultoria para Investimentos iniciada neste ano.

Os honorários facturados durante o exercício de 2010 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas relativos aos serviços de auditoria e revisão legal das contas foi de Eur 7.464 (2009 – Eur 9.000).

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, segurança e vigilância, serviços de limpeza e publicações.

#### **NOTA 11- DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Em instituições de crédito no país</b>		
Depósitos à ordem	<u>1 492 779</u>	<u>2 024 070</u>
<b>Em instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos à ordem	<u>1 083 379</u>	<u>1 312 030</u>
	<u>2 576 158</u>	<u>3 336 100</u>

O montante de disponibilidades em instituições de crédito no país engloba depósitos à ordem em várias instituições, sendo que o BCP é o que apresenta um saldo mais significativo no valor de Eur 664.004 (2009 - BES Investimento - Eur 1.565.569).

No montante de disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro, destaca-se o saldo junto do *Deutsche Bank Frankfurt* de Eur 711.398 (2009 - Eur 1.184.461).

Estes saldos incluem as disponibilidades das contas correntes de clientes junto da Sociedade, sendo de clientes da Gestão Discricionária Eur 1.475.363 (2009 – Eur 1.655.038) (ver Nota 23).



## NOTA 12 –ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A análise de activos financeiros disponíveis para venda, é analisada como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>		
<b>Instrumentos de dívida pública portuguesa</b>		
Obrigações do tesouro	<u>21 507</u>	<u>11 483</u>
<b>Reserva de justo valor</b>		
Positiva (negativa)	<u>( 1 167)</u>	<u>124</u>
<b>Valor de balanço</b>	<u><u>20 340</u></u>	<u><u>11 607</u></u>

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 2.2 c) a carteira de títulos disponíveis para venda, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é apresentada líquida das reservas de reavaliação, no montante de Eur (1.167) e Eur 124, respectivamente (ver Nota 22).

Estes títulos, tal como referido na nota 2.2 c) são adquiridos pela Sociedade com o objectivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 2/2000 (ver Nota 20). São títulos que são mantidos em carteira até à data de reembolso.

Em 31 de Dezembro de 2010, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento, é como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>De 3 meses a um ano</b>	10 000	0
<b>De um a cinco anos</b>	<u>10 340</u>	<u>11 607</u>
	<u><u>20 340</u></u>	<u><u>11 607</u></u>

O valor de balanço das obrigações e outros títulos de rendimento fixo compara com os seguintes valores, nominais ou de reembolso na data de maturidade e de mercado:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Valor nominal</b>	21 500	11 500
<b>Valor de mercado</b>	20 340	11 607
<b>Valor de balanço</b>	20 340	11 607

As taxas de remuneração destes títulos à data do balanço oscilam nos seguintes intervalos:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Títulos de rendimento fixo</b>	<u>3,2% / 3,35% / 5,45%</u>	<u>3,2% - 5,45%</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a activos financeiros disponíveis para venda, são como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Títulos adquiridos por valor (inferior) superior ao seu valor de reembolso</b>	<u>3</u>	<u>( 30)</u>

## NOTA 13 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Outros activos tangíveis</b>		
<b>Imóveis</b>		
Obras em imóveis arrendados	14 487	14 487
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	172 851	170 254
Instalações interiores	16 758	16 758
Mobiliário e material	22 486	22 486
Máquinas e ferramentas	12 095	10 560
Equipamento de segurança	2 006	2 006
Material de transporte	64 510	35 800
	<u>290 706</u>	<u>257 864</u>
	<u>305 193</u>	<u>272 351</u>
<b>Amortizações acumuladas</b>		
De obras em imóveis arrendados	( 12 398)	( 11 144)
De equipamento	<u>( 254 560)</u>	<u>( 237 028)</u>
	<u>( 266 958)</u>	<u>( 248 172)</u>
<b>Total dos outros activos tangíveis líquidos de amortizações</b>	<u><u>38 235</u></u>	<u><u>24 179</u></u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Total
<b>Custo de aquisição</b>			
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	14 487	257 864	272 351
Adições	-	32 842	32 842
Abates / vendas	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>14 487</u>	<u>290 706</u>	<u>305 193</u>
<b>Amortizações</b>			
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	( 11 144)	( 237 028)	( 248 172)
Amortizações do exercício	( 1 254)	( 17 532)	( 18 786)
Abates / vendas	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>( 12 398)</u>	<u>( 254 560)</u>	<u>( 266 958)</u>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2010</b>	<u>2 089</u>	<u>36 146</u>	<u>38 235</u>

## NOTA 14 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Activos intangíveis</b>		
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistemas de tratamento informático de dados	137 049	135 249
Despesas de investigação e desenvolvimento	4 691	4 691
Despesas de estabelecimento	0	21 872
Outras imobilizações incorpóreas	0	39 730
	<u>141 740</u>	<u>201 542</u>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Sistemas de tratamento informático de dados	0	900
	<u>141 740</u>	<u>202 442</u>
<b>Amortizações acumuladas</b>	<u>( 139 900)</u>	<u>( 199 172)</u>
<b>Total dos activos intangíveis líquidos de amortizações</b>	<u><u>1 840</u></u>	<u><u>3 270</u></u>

As despesas de investigação e desenvolvimento referem-se aos custos com a concepção e implementação de um site corporativo na internet. São amortizadas numa base duodecimal durante um período de três anos (ver Nota 2 f).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Despesas de constituição	Outras imobilizações	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	136 149	21 872	44 421	202 442
Adições	900	-	-	900
Abates	-	( 21 872)	( 39 730)	( 61 602)
Imobilizado em curso	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>137 049</u>	<u>-</u>	<u>4 691</u>	<u>141 740</u>
<b>Amortizações</b>				
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	( 133 001)	( 21 872)	( 44 299)	( 199 172)
Amortizações do exercício	( 2 208)	-	( 122)	( 2 330)
Abates	-	21 872	39 730	61 602
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>( 135 209)</u>	<u>-</u>	<u>( 4 691)</u>	<u>( 139 900)</u>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2010</b>	<u>1 840</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 840</u>

No exercício de 2010 os custos incorridos com a constituição da Sociedade e com o processo de fusão ocorrido no exercício de 2003, totalmente amortizados, foram abatidos à respectiva rubrica de balanço.

#### NOTA 15 – ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Activos por impostos correntes</b>		
Pagamentos especiais por conta		
2008	4 793	4 793
2010	1 878	0
	<u>6 671</u>	<u>4 793</u>
	<u>6 671</u>	<u>4 793</u>

#### NOTA 16 - OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Outras disponibilidades</b>	<u>250</u>	<u>250</u>
<b>Devedores diversos</b>	<u>1 478</u>	<u>2 103</u>
<b>Rendimentos a receber</b>		
Juros de obrigações do tesouro	<u>321</u>	<u>250</u>
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Seguros	14 089	14 332
Outras	<u>5 005</u>	<u>4 764</u>
	<u>19 094</u>	<u>19 096</u>
<b>Responsabilidades com pensões e outros benefícios</b>		
Responsabilidades totais	10 661	34 510
Desvios actuariais incluídos no corredor	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>10 661</u>	<u>34 510</u>
<b>Operações a regularizar</b>		
Operações de bolsa a regularizar	753 809	1 068 851
Operações fora de bolsa a regularizar	65 675	0
Operações cambiais à vista a liquidar	0	0
Outras	<u>59 127</u>	<u>56 098</u>
	<u>878 611</u>	<u>1 124 949</u>
	<u>910 415</u>	<u>1 181 158</u>

A rubrica de devedores diversos inclui essencialmente valores em dívida por operações realizadas por conta de clientes e ainda não regularizadas por estes. Estas regularizações ocorrem, na generalidade dos casos, num curto prazo.

O saldo devedor da rubrica das responsabilidades totais com pensões resultou da exclusão de um participante do universo do plano de pensões da Sociedade, explicado pela alteração da definição de “participante” ocorrida em 30 de Outubro de 2009.

As rubricas de operações de bolsa e fora de bolsa a regularizar do activo e do passivo (ver Nota 20), em 31 de Dezembro de 2010, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efectuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2011, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transaccionados.

#### NOTA 17 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

O saldo desta rubrica é composto quanto à sua natureza, como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>A prazo</b>		
Recursos de clientes	<u>20 665</u>	<u>1 805</u>
	<u>20 665</u>	<u>1 805</u>

Esta rubrica reflecte valores de clientes, que não se encontram disponíveis, de forma a garantirem as operações de compra dos títulos que os mesmos clientes apresentam a descoberto, em consequência de operações de *short-selling*.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é o seguinte:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Exigível a prazo</b>		
Até três meses	<u>20 665</u>	<u>1 805</u>
	<u>20 665</u>	<u>1 805</u>

## NOTA 18 – PROVISÕES

O movimento verificado nas rubricas de provisões, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2009	Movimentos no exercício			Saldo em 31-12-2010	
		Transfe- rências	Reforços	Utilizações		Reposições/ Anulações
Provisões para						
Riscos gerais de crédito	21	0	6 299	0	( 6 305)	15
	<u>21</u>	<u>0</u>	<u>6 299</u>	<u>0</u>	<u>( 6 305)</u>	<u>15</u>

## NOTA 19 – PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar 2010 (ver Nota 25)	7 309	4 538
	<u>7 309</u>	<u>4 538</u>

## NOTA 20 –OUTROS PASSIVOS

A rubrica de outros passivos decompõe-se como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Responsabilidades com pensões e outros benefícios</b>		
Desvios actuariais incluídos no corredor	8 748	13 971
Desvios actuariais excesso face ao corredor	0	20 330
	<u>8 748</u>	<u>34 301</u>
<b>Credores e outros recursos</b>		
Credores por operações sobre valores mobiliários	2 071 225	2 684 452
Outros impostos a entregar ao Estado	9 540	8 596
Contribuições para a Segurança Social	6 057	5 926
Credores por fornecimento de bens	33 304	3 786
Outros credores	1 235	1 273
	<u>2 121 361</u>	<u>2 704 033</u>
<b>Encargos a pagar</b>		
Encargos com férias e subsídio de férias	40 993	40 993
Outros	8 431	9 718
	<u>49 424</u>	<u>50 711</u>
<b>Operações a regularizar</b>		
Operações de bolsa a regularizar	751 550	1 066 798
Operações fora de bolsa a regularizar	65 675	0
	<u>817 225</u>	<u>1 066 798</u>
	<u>2 996 758</u>	<u>3 855 843</u>

A rubrica de credores por operações sobre valores mobiliários inclui os saldos positivos das contas correntes com clientes, cuja contrapartida se reflecte, entre outras, na rubrica de disponibilidades em outras instituições de crédito, no país e no estrangeiro (ver Nota 11).

As rubricas de operações de bolsa a regularizar do activo (ver Nota 16) e do passivo, em 31 de Dezembro de 2010, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efectuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2011, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transaccionados.

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2 g), os ganhos e perdas actuariais com pensões até ao limite do corredor encontram-se registados na rubrica de desvios actuariais.



## NOTA 21 – CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da LP Corretora no valor de 1.000.000 euros, encontrava-se representado por 200.000 acções, com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas.

## NOTA 22 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

O movimento verificado nas contas de reservas e de resultados transitados, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2009	Aumento	Reduções	Transfe- rências	Saldo em 31-12-2010
<b>Reservas de reavaliação</b>					
Reservas de justo valor r/ activos financeiros disponíveis para venda	124	0	( 1 291)	0	( 1 167)
<b>Outras reservas e resultados transitados</b>					
Reserva legal	82 244	0	0	0	82 244
Resultados transitados	( 107 069)	0	0	( 276 399)	( 383 468)
	( 24 825)	0	0	( 276 399)	( 301 224)
<b>Resultado do exercício</b>					
2009	( 276 399)	0	0	276 399	0
2010	0	0	( 168 697)	0	( 168 697)
<b>Total</b>	<b>( 301 100)</b>	<b>0</b>	<b>( 169 988)</b>	<b>0</b>	<b>( 471 088)</b>

### I) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2.2.d).

### II) Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro), a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

### III) Resultados transitados

Da aplicação dos resultados da Sociedade referente ao exercício de 2009, resultou a transferência de Eur (276.399) para resultados transitados.

### NOTA 23 - RUBRICAS EXTRA PATRIMONIAIS

Os saldos das rubricas extra patrimoniais são compostos quanto à sua natureza, como segue:

#### i) Passivos eventuais

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</b>		
Activos dados em garantia (i)	<u>20 340</u>	<u>11 607</u>
(i) Valor de mercado		

A rubrica de Passivos eventuais – Activos dados em garantia corresponde a títulos que, tal como referido na Nota 2 c), são adquiridos pela Sociedade para serem entregues em garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do regulamento da CMVM nº 2/2000.

#### ii) Compromissos assumidos para com terceiros e por terceiros

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
De depósito e guarda de valores (ii)	<u>15 765 878</u>	<u>6 668 923</u>
Gestão de carteiras de activos		
Títulos em carteira (iii)	6 717 449	4 222 320
Operações a aguardar liquidação	( 12 928)	( 50 797)
Liquidez	<u>1 475 363</u>	<u>1 655 038</u>
	<u>8 179 884</u>	<u>5 826 561</u>
	<u>23 945 762</u>	<u>12 495 484</u>
<b>Serviços prestados por terceiros</b>		
Por depósito e guarda de valores (i)	<u>15 780 604</u>	<u>6 674 916</u>

(i) Valor de mercado (ii) Valor de mercado (ver Nota 2 k) (iii) Valor de mercado (ver Nota 2 l)

O saldo da rubrica responsabilidade por prestação de serviços - depósito e guarda de valores corresponde ao valor de mercado, ou na sua ausência o valor nominal, dos títulos entregues por clientes à guarda da LP Corretora.

Estes títulos estão igualmente apresentados na rubrica de serviços prestados por terceiros – depósito e guarda de valores, em conjunto com os títulos da Sociedade, representando a entrega a outras entidades especializadas na guarda de valores, nomeadamente o BCP, o BES Investimento, o *Deutsche Bank Frankfurt* e a *Lek Securities*.

A rubrica gestão de carteiras de activos regista os valores mobiliários entregues à gestão da Sociedade, e encontram-se ao respectivo valor de mercado.

## NOTA 24 – ACTIVOS E PASSIVOS REPRESENTADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2010				31-12-2009			
	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Coroa Dinamarquesa	Total	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Coroa Sueca	Total
<b>Activo</b>								
Disponibilidades em outras instituições de crédito	703 582	91 458	2 868	797 908	130 989	0	1	130 990
Outros activos	156 269	67 878	0	224 147	231 093	280 267	0	511 360
<b>Total do Activo (Euros)</b>	<b>859 851</b>	<b>159 336</b>	<b>2 868</b>	<b>1 022 055</b>	<b>362 082</b>	<b>280 267</b>	<b>1</b>	<b>642 350</b>
<b>Passivo</b>								
Recursos de clientes e outros empréstimos	20 665	0	0	20 665	1 805	0	0	1 805
Outros passivos	846 242	157 947	2 862	1 007 051	374 862	277 240	0	652 102
<b>Total do Passivo (Euros)</b>	<b>866 907</b>	<b>157 947</b>	<b>2 862</b>	<b>1 027 716</b>	<b>376 667</b>	<b>277 240</b>	<b>0</b>	<b>653 907</b>
<b>Total Activo/(Passivo) Líquido (Euros)</b>	<b>( 7 056)</b>	<b>1 389</b>	<b>6</b>	<b>( 5 661)</b>	<b>( 14 585)</b>	<b>3 027</b>	<b>1</b>	<b>( 11 557)</b>
<b>Posição cambial à vista</b>	<b>( 7 056)</b>	<b>1 389</b>	<b>6</b>	<b>( 5 661)</b>	<b>14 585</b>	<b>( 3 027)</b>	<b>( 1)</b>	<b>11 557</b>

## NOTA 25– SEGMENTAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E POR LINHAS DE NEGÓCIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os elementos da demonstração de resultados e do balanço da Sociedade, ventilados por linhas de negócios e por mercados geográficos, apresentam-se distribuídos da seguinte forma:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
	<u>Corretagem</u>	<u>Corretagem</u>
	<u>(retalho)</u>	<u>(retalho)</u>
<b>Portugal</b>		
<b>Elementos da demonstração de resultados</b>		
Juros e rendimentos similares	3 594	14 035
Juros e encargos similares	( 4 432)	( 2 635)
Rendimentos de serviços e comissões	775 218	539 033
Encargos com serviços e comissões	( 154 587)	( 107 151)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	24	24
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	( 4 220)	1 308
Outros resultados de exploração	( 42 373)	( 55 857)
Custos com pessoal	( 303 277)	( 334 584)
Outros gastos administrativos	( 409 484)	( 307 997)
Amortizações do exercício	( 21 116)	( 16 765)
Provisões líquidas de reposições e anulações	6	1 186
Impostos correntes	( 8 050)	( 6 996)
Resultado líquido do exercício	<u>( 168 697)</u>	<u>( 276 399)</u>
<b>Portugal</b>		
<b>Elementos do balanço</b>		
Recursos de clientes e outros empréstimos	20 665	1 805
Outros passivos	2 996 758	3 855 843
Activo líquido total	<u>3 553 659</u>	<u>4 561 107</u>

## NOTA 26 – IMPOSTOS

A LP Corretora está sujeita à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) e à correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2010 e 2009 foi apurado pela LP Corretora com base numa taxa nominal de 12,5% até um valor de colecta de Eur 12.500 e uma taxa nominal de 25% para um diferencial acima do limite indicado. Ao valor de IRC apurado acresce uma taxa de Derrama Municipal de 1,5%.

A Sociedade decidiu não calcular impostos diferidos activos sobre os prejuízos fiscais acumulados, porque com base na actual conjuntura económica, torna-se bastante difícil criar expectativas para que existam lucros tributáveis capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda sujeitos a possível revisão. No entanto, é convicção da Administração da LP Corretora, que não ocorrerá qualquer liquidação adicional, de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras, relativamente aos exercícios passíveis de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais.

A reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro tributável, a estimativa de impostos sobre os lucros e o imposto sobre o rendimento a pagar, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, analisa-se como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Lucro contabilístico antes de impostos</b>	( 160 647)	( 269 402)
Provisões não dedutíveis	( 6)	1 186
Amortizações excessivas	0	0
Multas de natureza fiscal	344	0
Seguro Grupo Saúde	16 109	0
Mais valias fiscais	0	0
Mais valias contabilísticas	0	0
Majoração donativos	( 75)	( 80)
<b>Lucro tributável</b>	<u>( 144 275)</u>	<u>( 268 296)</u>
Estimativa de imposto sobre lucros	0	0
Tributações autónomas	8 050	6 996
Imposto sobre o lucro do exercício	8 050	6 996
<b>Estimativa de impostos sobre lucros registada em custos</b>	<u>8 050</u>	<u>6 996</u>
<i>Taxa efectiva de imposto</i>	n.a.	n.a.
Pagamentos especiais por conta	0	0
Pagamentos por conta efectuados no exercício	0	0
Retenções na fonte	( 741)	( 2 458)
<b>Impostos sobre lucros a (receber) pagar (ver Notas 15 e 19)</b>	<u>7 309</u>	<u>4 538</u>



**RELATÓRIO E PARECER**  
**DO**  
**FISCAL ÚNICO**

Exmos. Senhores Accionistas,

1. Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções, o Fiscal Único da **“LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.”**, examinou o Relatório do Conselho de Administração e as contas em base individual, nomeadamente, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio, o Inventário de títulos e as respectivas notas anexas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e conseqüentemente vem submeter à vossa apreciação o seu relatório e parecer.
2. No ano anterior efectuamos igualmente o exame das demonstrações financeiras e elaborámos o respectivo relatório, parecer e certificação legal das contas.
3. As demonstrações financeiras individuais da Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A. são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, que incluem os requisitos definidos pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, conforme adoptadas na União Europeia.
4. No decurso do exercício acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Luso Partners Corretora e a sua gestão, tendo recebido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos e apoios julgados convenientes para o cumprimento das nossas funções.
5. Durante o exercício em apreço verificámos com regularidade os livros, os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte.



6. Efectuámos trabalho relativo à conferência dos valores patrimoniais da sociedade e através do método da amostragem constatámos que foram seguidos os procedimentos contabilísticos de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas.
  
7. No âmbito do trabalho desenvolvido queremos referir os principais factos seguintes:
  - 7.1. A Luso Partners – Sociedade Corretora segue o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.
  - 7.2. As disponibilidades em outras instituições de crédito englobam depósitos à ordem em instituições de crédito no país no valor de 1.492.779 euros e em instituições de crédito no estrangeiro no valor de 1.083.379 euros.  
Os depósitos à ordem são, na generalidade, remunerados.
  - 7.3. Os movimentos ocorridos na rubrica “outros activos tangíveis” encontram-se registados pelo custo, determinado na data da transição para as IFRS, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.
  - 7.4. As contas de outros activos e outros passivos evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efectuadas por conta dos clientes nos últimos dias Dezembro de 2010 e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2011.  
Confrontar com as notas 16 e 20 do anexo às contas.
  - 7.5. O movimento ocorrido na rubrica provisão para riscos gerais de crédito corresponde a um mínimo de 1% do total dos saldos devedores de clientes, e está correctamente registado.
  - 7.6. A Luso Partners Corretora aderiu a um fundo de pensões aberto de forma a financiar o plano de pensões criado pela sociedade.  
  
Verificámos que foram cumpridos os registos contabilísticos, de acordo com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.
  
8. O Relatório do Conselho de Administração está elaborado em conformidade com as disposições legais, complementa as demonstrações financeiras e põe em relevo os aspectos de maior importância da sua gestão.



9. Em nossa opinião, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio, o Inventário de títulos e as respectivas notas anexas representam adequadamente o património social bem como os resultados referentes ao exercício de 2010.

10. Com base no relatório exposto, somos de parecer:

1º - Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, tal como são apresentadas, referentes ao exercício de 2010;

2º - Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;

3º - Que seja aprovado um voto de confiança ao Conselho de Administração pela forma criteriosa como geriu os negócios da Luso Partners Corretora.

Lisboa, 17 de Março de 2011

O FISCAL ÚNICO

José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados  
-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de “**LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.**”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 3.553.659 euros e um total de capital próprio de 528.912 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 168.697 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da “**LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.**”, o resultado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa;
  - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **“LUSO PARTNERS - Sociedade Corretora, S.A.”**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 17 de Março de 2011

José Maria Ribeiro da Cunha  
Em representação de:  
“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”